

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003444-82.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Pagamento**
 Embargante: **Alfa Assessoria e Investimento Em Esportes Ltda**
 Embargado: **Julio Cesar Bianchin**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

ALFA ASSESSORIA E INVESTIMENTOS EM ESPORTES LTDA ajuizou **EMBARGOS À EXECUÇÃO** em face de **JULIO CESAR BIANCHINI**, todos devidamente qualificados.

Alegou a embargante nulidade de citação e, no mérito, que já houve pagamento parcial do valor cobrado na execução, uma vez que os meses de janeiro e fevereiro de 2016 foram devidamente quitados mediante transferência bancária na conta indicada na cláusula 2 do contrato. Aduziu que passou por uma reorganização financeira e que solicitou do embargado a conferência e confirmação dos pagamentos efetuados até março/2016 e que diante do silêncio deste último suspendeu os pagamentos subsequentes. Pediu a declaração da nulidade da citação, a procedência dos embargos e a devolução em dobro dos valores já quitados.

A preliminar de nulidade da citação foi afastada pela decisão de fls. 37.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Devidamente citado o embargado apresentou impugnação, alegando que as afirmações lançadas na inicial são falaciosas e que a embargante não comprovou os pagamentos alegados. Pediu a improcedência dos embargos.

As partes foram instadas a produzir provas. A embargante pediu a juntada, pelo embargado, de seu extrato bancário e o depoimento pessoal deste último. O embargado também pleiteou o depoimento pessoal.

Em atenção ao determinado a fls. 70 o Banco do Brasil carrou ofício a fls. 87/94.

Declarada encerrada a instrução as partes apresentaram memoriais às fls. 103 e 104.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir por entender completa a cognição.

A embargante firmou com o embargado “compromisso de cessão de cotas empresariais e outras avenças”, assumindo a responsabilidade de pagar 36 parcelas mensais de R\$ 10.000,00, com início em julho de 2013 e término em junho de 2016.

A inicial dos embargos é verdadeira confissão de dívida.

O pagamento/quitação (das parcelas vencidas nos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

meses de janeiro e fevereiro de 2016) se prova com “recibo” ou resgate de título deixado em garantia ou como promessa de pagamento. E nada foi carreado nesse sentido.

O inadimplemento dos meses subsequentes foi confessado pela embargante.

Em resposta à determinação do juízo o Banco do Brasil trouxe extratos da conta na qual a embargante alega ter feito os pagamentos nos meses de acima mencionados, mas esses documentos demonstram que não houve qualquer movimentação na referida conta de outubro/2015 a março de 2016 (a respeito confira-se fls. 87/94).

No caso, a embargante sustenta que pagou parte da dívida e por isso o embargado estaria executando valor excessivo. Ocorre que os documentos juntados com a inicial nada provam.

Nesse sentido tem se orientado a jurisprudência.

Os embargos à execução, por constituírem ação autônoma, **devem ser instruídos com todas as peças indispensáveis à comprovação das alegações do embargante**, mesmo em se tratando de execução de título judicial, pois são processados em autos à parte (TRF 2ª Região, 2ª Turma, AC nº 96.02.27012-8, DJU 07/06/2000 - destaquei).

No mesmo diapasão:

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO NÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

INSTRUÍDOS COM CÓPIA DA SENTENÇA EXEQUËNDA - IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO - REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - POSSIBILIDADE.

I - Os embargos à execução, por constituírem ação autônoma, devem ser instruídos com todas as peças indispensáveis à comprovação das alegações do embargante, mesmo em se tratando de execução de título judicial, pois são processados em autos à parte.

II - Se o embargante sustenta que os cálculos foram elaborados em desacordo com o disposto na sentença exequenda, é imperioso que sejam os embargos instruídos com cópia desta, sob pena de se inviabilizar a aferição dessa divergência. (...).(TRF 2ª Região – apelação cível nº2001.02.01.030807-6 – 2ª Turma, decisão: 30/06/2004, Relator Des. Antônio Cruz Netto).

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta,
JULGO IMPROCEDENTES OS EMBARGOS.

Ante a sucumbência, fica a embargante condenada ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do requerido que fixo em 10% do valor da condenação.

Após o trânsito em julgado, certifique o aqui decidido na execução e aguarde-se pelo prazo de 10 dias providências do embargante. Na inércia, averbe-se a extinção e arquivem-se os autos de modo definitivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Publique-se e intinem-se.

São Carlos, 16 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**